

ANÁLISE DA DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA EMPRESA JBS E SEUS REFLEXOS NA OPERAÇÃO LAVA JATO

ALAN CUNHA FERREIRA¹
MARCIA FIGUEREDO D'SOUZA²
JULIANA VENTURA AMARAL³

RESUMO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) propicia a averiguação da destinação do valor produzido pelas empresas e, ademais, viabiliza a mensuração da relevância dos negócios nos territórios em que estão inseridos. O objetivo deste trabalho consiste em analisar a destinação do valor produzido da JBS, investigada na operação Lava Jato, mediante os índices calculados a partir das DVA dos exercícios de 2008 a 2016. Os dados foram coletados das DVA e dos Balanços Patrimoniais publicados pela companhia. Os resultados demonstram que a principal destinação do valor adicionado é aos empregados, com média de 52,38%, seguida do capital de terceiros com média de 35,82%, do governo com média de 12,56% e, por último, dos acionistas com média de 4,32%. Cumpre ressaltar que a participação do governo no terceiro lugar pode demonstrar a opção do Estado em abster-se de uma quantia significativa de arrecadação com o intuito de promover o desenvolvimento da companhia e de obter benefícios com a corrupção. Espera-se que esses achados possam contribuir para a área contábil ao trazerem uma visão do comportamento das grandes companhias brasileiras que estão envolvidas em corrupção e o retorno social delas para o ambiente econômico.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Responsabilidade Social Empresarial. Índices. Operação Lava Jato.

ANALYSIS OF ADDED VALUE DESTINATION OF THE COMPANY JBS AND ITS IMPACTS IN OPERATION CAR WASH

ABSTRACT

Value-added statement (VAS) shows the destination of the added value by companies and, moreover, makes it possible to measure the relevance of the businesses where they are located. The objective of this work is to analyze the destination of added value by JBS, a company investigated in Operation Car Wash, through the indexes calculated from VAS for 2008-2016. Data were taken from VAS and Balance Sheets of the company. Results show that the main destination of the added value is the employees, with an average of 52.38%, followed by third-party capital with an average of 35.82%, government with an average of 12.56% and, finally, shareholders with an average of 4.32%. It should be noted that government's participation in third place can indicate State's option to abstain from a significant amount of revenue in order to promote company's development and obtain benefits from corruption. We hope that these findings can contribute to accounting by showing the behavior of a large Brazilian company involved in corruption scheme and its social return to the economic environment.

Keywords: Value-added Statement. Corporate Social Responsibility. Indexes. Operation Car Wash.

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia.

² Pós-Doutora em Ciências (Controladoria e Contabilidade) pela FEA/USP. Professora da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: marciafdsouza@yahoo.com.br.

³ Doutora em Ciências (Controladoria e Contabilidade) pela FEA/USP. Pesquisadora do núcleo de docentes permanentes do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da FIPECAFI. E-mail: juliana.amaral@fipecafi.org.

1 INTRODUÇÃO

As entidades empresariais são, de forma geral, visto como benéficas para a sociedade, sobretudo pela oferta de bens e serviços, pela geração de empregos e pelo recolhimento de impostos auferidos pelo Estado. As organizações precisam relacionar-se com diversos agentes externos para estruturar seus fatores de produção da maneira mais eficiente possível. Seus objetivos devem englobar os interesses de diversos agentes econômicos, pois seu desenvolvimento depende da harmonia desses relacionamentos.

Para Cheregatto (2009), o ambiente empresarial sofre pressões geradas pelas estruturas de mercado cada vez mais competitivas e faz com que as firmas busquem aprimorar constantemente seus objetivos em relação aos lucros e quanto desses lucros deve retornar à sociedade. Nesse cenário, a contabilidade exerce uma função essencial, pois disponibiliza informações patrimoniais das entidades para o público interessado. Através de seus informes é possível conhecer os resultados da empresa e de que forma foram destinados.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma das demonstrações que relaciona informações referentes à riqueza gerada pela empresa e a forma como foi feita sua distribuição aos agentes econômicos. Segundo Santos e Silva (2009), a DVA passou a ser de apresentação obrigatória para as empresas de capital aberto e para as grandes empresas a partir do exercício de 2008, mediante a aprovação da Lei 11.638/07 (BRASIL, 2007).

Sendo a DVA uma fonte de informação dos resultados das entidades pelo viés econômico-social, índices foram formulados para relacionar itens de composição da mesma. Elementos como remuneração de pessoal, impostos e remuneração de capital de terceiros são utilizados para o cálculo de participação dos agentes econômicos no valor adicionado pela companhia (SANTOS, 2007).

O interesse por conhecer os resultados das grandes empresas vem crescendo por conta da democratização do acesso a informação. A análise da DVA pode ajudar a construir o canal de comunicação entre os agentes sociais e os geradores de riquezas, explicando de que forma os resultados puderam ser distribuídos entre os *stakeholders* (ABADIA, 2014).

Atualmente a sociedade exige mais responsabilidade social das empresas em relação a seus objetivos. Essa cobrança move as companhias no sentido de atender às demandas que abrangem não só a oferta de bens e serviços, mas também um retorno mais significativo dos investimentos feitos na entidade para o desenvolvimento de suas atividades. Os agentes envolvidos precisam enxergar nos resultados desses investimentos a contrapartida que atende aos seus interesses, levando em conta os riscos do negócio em termos econômicos, sociais e ambientais.

Este trabalho pretendeu conhecer, especificamente, as DVA publicadas de 2008 a 2016 pela JBS, uma empresa investigada na operação Lava Jato, com o intuito de identificar um padrão na geração e distribuição de riqueza da companhia. Cabe mencionar que a operação Lava Jato refere-se à operação deflagrada pela Polícia Federal no dia 17 de março de 2014 para investigar a prática de crimes financeiros e o desvio de recursos públicos (Polícia Federal, 2017).

Pela análise de seus resultados e dos principais itens componentes da demonstração, é possível construir um cenário que ajude a entender o valor adicionado por uma empresa investigada por corrupção e também as principais relações criadas com os agentes econômicos. A seleção da empresa específica justifica-se pela atuação expansiva da companhia. O campo de atuação da empresa alcançou diversas partes do mundo através da aquisição de companhias estrangeiras e a influência política dos dirigentes aparentemente garantiu uma facilidade maior na concessão de créditos e abertura a novos investimentos. Esse último fato comprova-se pela recente delação dos dirigentes da companhia à Polícia Federal, divulgada pelos meios de comunicação.

Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar a destinação do valor adicionado no período entre 2008 e 2016 da JBS, empresa investigada na operação Lava Jato e, para tanto, buscou elucidar a seguinte questão: **Qual foi a destinação do valor adicionado no período entre 2008 e 2016 da JBS, empresa investigada na operação Lava Jato?**

Dentre os estudos que já buscaram reportar o retorno de empresas à sociedade mediante análise da DVA, destacam-se: Cunha (2002), que buscou traçar a relação existente entre a geração de riqueza das empresas e a remuneração paga aos funcionários, comprovando a utilidade da DVA em demonstrar esse fato; Lima (2014), que analisou os impactos gerados pelas indústrias de produtos alimentícios da Zona Franca de Manaus na composição da econômica da região norte por meio dessa demonstração; e Vieira (2010), que desenvolveu seu trabalho no sentido de pontuar verdades e mitos na interpretação da DVA, aprofundando a leitura da mesma e relacionando os setores que a publicam.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A responsabilidade social empresarial é um conceito que ganhou força na Europa a partir das desigualdades geradas pelo sistema de produção atual no início do século XX. A ideia é ampla, abrangendo não somente as atividades da companhia, mas também os fornecedores, o governo, os funcionários, entre outros agentes econômicos (CHEREGATTO, 2009).

No Brasil, o conceito de responsabilidade social expandiu-se em meados da década de 1970, por meio da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Ademais, foi nesse período que o governo, através do Decreto-Lei 76.900/75, criou a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), relatório obrigatório para as empresas referente a informações sociais, servindo como base de dados para o governo em termos de controle e estatísticas (AMBROGI, 2007).

Em meio ao clima crescente de uma nova consciência empresarial, muitas empresas passaram a se utilizar da publicação de demonstrações contábeis, como o balanço social, para se promoverem no mercado. Siqueira (2005) discute a ideia de que essa demonstração deve conter não somente as benfeitorias praticadas pela empresa, mas evidenciar de uma maneira mais autêntica todas as ações (benéficas ou não) que provocaram mudanças no meio social. Por outro lado, muitas empresas preferem não publicar o balanço social, pois temem a abertura de suas informações.

Existem diversos indicadores para medir o desempenho de uma companhia no que se refere à harmonia de suas ações com os interesses dos agentes envolvidos no negócio. Os mais relevantes envolvem o cumprimento das obrigações legais no pagamento de tributos; a obtenção de equipamentos que minimizem os danos que a operação da empresa possa vir a causar no meio ambiente; treinamentos que visem o desenvolvimento dos profissionais internos; e ações que melhorem o relacionamento com fornecedores e clientes para obtenção de melhores condições de mercado (MILANI, 2008). Todas essas atividades ajudam não só a melhorar a imagem e relacionamento da companhia com os *stakeholders*, mas também podem trazer redução nos seus custos com a adoção de práticas que promovam a melhoria contínua em seus processos. Dessa forma, existe ganho por parte de todos os envolvidos.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA advém do Balanço Social. Ela foi pensada para atender a demanda por informações pertinentes à composição das riquezas produzidas e à sua destinação (BISPO, 2009). Pode-se defender que a DVA possui um caráter social relevante, pois informa à

sociedade a destinação das riquezas produzidas através dos principais integrantes do negócio, como empregados, governo e acionistas (FREGONESI, 2009)

No Brasil, a publicação do Balanço Social e da DVA começou a crescer no fim da década de 1990, ainda que não fosse obrigatória. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) elaborou modelos acessíveis a todos os tipos de negócio. A DVA era publicada por companhias que pretendiam alcançar destaque no mercado por meio de uma melhor relação entre empresa e sociedade (ALMEIDA; SILVA, 2014).

A partir da lei 11.638/07, a DVA tornou-se obrigatória. Em 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) expediu um informativo que orienta as empresas na elaboração e apresentação da DVA (CPC, 2008). O pronunciamento sugere modelos para empresas e também determina critérios mínimos às demonstrações (ABADIA, 2014).

Tratando dos objetivos da DVA, a distribuição das riquezas produzidas segue geralmente uma padronização em relação aos agentes que estão envolvidos direta ou indiretamente nas atividades da entidade. Eles estão divididos em: empregados, governo, capital de terceiros e acionistas. O primeiro grupo representa os que vendem sua força de trabalho em troca de salários e benefícios. O segundo representa o Estado, que institui cobrança sobre as atividades desenvolvidas pela companhia. O terceiro representa o capital advindo de outras entidades que estimulam o crescimento. Já o último é a parcela dos indivíduos que dispuseram de seus recursos pessoais para investirem diretamente na atuação da companhia para receberem os lucros no fim de cada período (PINTO; FREIRE, 2013).

Dentre os modelos utilizados pelas companhias, o que mais se destaca pela presença em diversos trabalhos científicos é o Manual de Contabilidade Societária, que se traduz num esquema geral a ser adotado por qualquer tipo de entidade. O Quadro 1 representa esse modelo.

Quadro 1 – Modelo da DVA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	R\$ Mil
1 – RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	

Fonte: IUDÍCIBUS et al. (2018)

2.3 ÍNDICES DA DVA

A partir dos informes contábeis, os administradores têm capacidade de avaliar a situação da empresa e tomar decisões favoráveis aos interesses da organização (CAMELO et al., 2007). Segundo Dalmácio (2004), a análise por meio dos índices contábeis permite estabelecer relações entre contas das demonstrações.

Com o cálculo dos índices da DVA, é possível analisar os efeitos da atividade da empresa no que diz respeito à geração e à distribuição de riqueza. Os índices adotados foram aqueles representados na Tabela 1, selecionados com base na aplicação em trabalhos prévios publicados. Os índices calculados são do tipo “quociente”, que, segundo Santos (2007, p. 222), compreendem “a obtenção de indicação de ocorrências do passado que podem ser grandes balizadoras para fazer previsões de tendências para o futuro”.

Tabela 1 – Fórmulas dos Índices de DVA para Cálculo

ÍNDICE	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	TRABALHOS PRÉVIOS
Participação dos empregados no valor adicionado	Percentual de participação dos empregados no valor total a distribuir	$PEVA = \frac{\text{Valor Adicionado Distribuído aos Empregados}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}$	Dalmácio (2004); Cunha Ribeiro e Santos (2005); Vanzella, Oberger e Welter (2005); Giusti (2012)
Participação de governos no valor adicionado	Percentual de participação do governo no valor total a distribuir	$PGVA = \frac{\text{Valor Adicionado Distribuído aos Governos}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}$	Dalmácio (2004); Cunha Ribeiro e Santos (2005); Vanzella, Oberger e Welter (2005); Giusti (2012)
Participação de terceiros no valor adicionado	Percentual de participação de terceiros no valor total a distribuir	$PTVA = \frac{\text{Valor Adicionado Distribuído a Terceiros}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}$	Dalmácio (2004); Cunha Ribeiro e Santos (2005); Vanzella, Oberger e Welter (2005); Giusti (2012)
Participação dos acionistas no valor adicionado	Percentual de participação dos acionistas no valor total a distribuir	$PAVA = \frac{\text{Valor Adicionado Distribuído aos Acionistas}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}$	Dalmácio (2004); Cunha Ribeiro e Santos (2005); Vanzella, Oberger e Welter (2005); Giusti (2012)
Grau de capacidade de produzir riqueza	Indica a capacidade da empresa de produzir riqueza a partir da sua própria operação	$GCPR = \frac{\text{Valor Adicionado Líquido}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}$	Dalmácio (2004); Vanzella, Oberger e Welter (2005); Giusti (2012)
Grau de riqueza recebida em transferência	Indica o percentual de riqueza recebida em transferência pela entidade	$GRRT = \frac{\text{Valor adicionado recebido em transferência}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}$	Dalmácio (2004); Vanzella, Oberger e Welter (2005); Giusti (2012)
Grau de participação dos empregados na riqueza gerada	Indica a contribuição per capita dos empregados na riqueza gerada	$GPERG = \frac{\text{Valor Adicionado Líquido}}{\text{Quantidade de empregados}}$	Vanzella, Oberger e Welter (2005)
Grau de contribuição dos ativos na geração de riqueza	Indica o percentual de contribuição dos ativos na geração de riqueza	$GCAGR = \frac{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}{\text{Ativo Total}}$	Dalmácio (2004)
Grau de contribuição do patrimônio líquido na geração de	Indica qual o potencial do capital próprio para geração de riqueza da	$GCPLGR = \frac{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Dalmácio (2004)

riqueza	entidade		
---------	----------	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos prévios.

Os quatro primeiros índices representam o percentual de participação dos agentes econômicos no valor adicionado distribuído. A participação dos empregados no valor adicionado relaciona a soma dos salários, benefícios e FGTS pelo valor adicionado total. A participação dos governos no valor adicionado tem como base de dados a soma dos impostos, taxas e contribuições pagos ao Estado em razão do valor adicionado total. A participação de terceiros no valor adicionado representa o consumo de insumos e outras formas de ingresso de capital externo que são divididos pelo valor adicionado total. Por último, a participação dos acionistas no valor adicionado, mostra o percentual desembolsado pela companhia em contrapartida ao investimento dos sócios.

O grau de capacidade de produzir riqueza representa em termos percentuais o quanto de riqueza a entidade gerou a partir de suas próprias operações, descontando o que recebeu na forma de transferências por outras entidades. Essa medida indica o potencial operacional da empresa e sua relevância no mercado.

O grau de riqueza recebida em transferência representa a parte do total do valor adicionado que foi constituído pelo repasse do resultado positivo de outras companhias. Essa transferência acontece predominantemente pela equivalência patrimonial, por conta dos investimentos que as entidades têm na composição do capital de outras, seja na forma de controladora ou coligada.

O grau de participação dos empregados na riqueza gerada é um indicativo per capita que demonstra o quanto seria o valor adicionado líquido repartido de forma igualitária entre todos os funcionários da companhia.

O grau de contribuição dos ativos constitui-se na relação entre o valor adicionado total a distribuir e o total dos bens e direitos dispostos no Balanço Patrimonial. Esse índice demonstra o potencial da aplicação de recursos da entidade em gerar valor adicionado numa relação percentual. Já o grau de contribuição do patrimônio líquido, que também conta com uma informação oriunda do Balanço Patrimonial, representa o potencial do capital próprio em relação ao valor adicionado total.

3 MÉTODO

Esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, pois é executada a partir da descrição de dados publicados. Com relação a seu procedimento, a pesquisa é documental, visto que a base de informações para o estudo advém de relatórios financeiros publicados pela empresa selecionada que ainda não tiveram o tratamento analítico que a pesquisa propõe realizar (GIL, 2002).

O período delimitado de coleta de dados vai do momento em que a empresa passa a ter obrigatoriedade na publicação da DVA (lei 11.638/2007) até o último exercício anterior à elaboração desta pesquisa. Esse espaço de tempo compreende os anos de 2008 a 2016.

Os índices foram calculados com base nos dados publicados na DVA e no Balanço Patrimonial. Os resultados dos cálculos dos índices são representados em gráficos em que é possível perceber de maneira ilustrativa as variações anuais, em termos quantitativos e percentuais.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA PESQUISADA

A empresa selecionada teve início com o fornecimento de carnes, mas, especialmente a partir de 2005, mediante sua holding, passou a atuar em diferentes setores, como produtos de limpeza, produtos de beleza, azeite, calçados, entre outros. Em 2007, houve a abertura do

capital da empresa, mediante captação de recursos para consolidar toda a operação da empresa no Brasil e no exterior (DIEGUEZ, 2015).

Atualmente a companhia possui atuação em todos os continentes através de unidades de processamento de carne. Sua receita está no topo da iniciativa privada no Brasil, alcançando o valor de R\$ 170 bilhões no exercício consolidado de 2016 (G1, 2017). Entretanto, os sócios majoritários da empresa estão envolvidos em escândalos de corrupção pela doação de recursos através de esquemas ilícitos durante o período das campanhas políticas. Esse fato pode levar a crença de que a companhia, através das relações pessoais de seus dirigentes com alguns representantes do governo, pode ter sido favorecida em determinados aspectos que privilegiaram suas operações e consequentemente seu crescimento ao longo dos anos.

Com toda a repercussão impulsionada pela mídia, a empresa tem enfrentado, além de processos judiciais pela atuação de seus dirigentes, uma perda de credibilidade no mercado, por conta de ter sua imagem ética profundamente abalada. Esses fatos atingiram diretamente os resultados da companhia, que teve uma forte queda (24%) em suas ações na bolsa de valores desde os primeiros relatos de corrupção de seus sócios.

Diversas ações, como a venda de ativos, buscaram minimizar as perdas oriundas desse movimento de retração. Também houve a mudança na direção da empresa, visto que um dos seus principais dirigentes foi preso por acusações de atuação corrupta. Os acontecimentos citados provocaram diminuição da atividade da companhia, atingindo mercados que se relacionam com ela. Um deles foi a venda de bois, que registrou queda de 5% no preço da arroba de boi magro no mês da primeira notícia de delação (FILGUEIRAS; TOLEDO; NAPOLITANO, 2017).

4 RESULTADOS

4.1 CÁLCULO DOS ÍNDICES

Os dados utilizados para calcular os índices da pesquisa foram extraídos diretamente das demonstrações (DVA e Balanço Patrimonial) publicadas pela companhia em seu site institucional. A Tabela 2 reporta os índices calculados.

Tabela 2 – Índices Calculados para a Empresa

ÍNDICE	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	MÉDIA
Participação dos Empregados no Valor Adicionado	50,48%	57,90%	54,54%	52,38%	57,70%	44,96%	39,47%	33,13%	56,67%	49,69%
Participação do Governo no Valor Adicionado	5,09%	9,93%	13,54%	13,23%	13,06%	10,28%	16,70%	12,56%	6,17%	11,17%
Participação de Terceiros no Valor Adicionado	44,01%	30,02%	33,95%	36,88%	23,63%	39,33%	35,82%	44,15%	35,10%	35,88%
Participação dos Acionistas no Valor Adicionado	0,43%	4,32%	-2,03%	-2,49%	5,61%	5,43%	8,02%	10,16%	2,06%	3,50%
Grau de Capacidade de Produzir Riqueza	71,04%	80,62%	85,00%	80,36%	88,14%	72,82%	78,92%	60,80%	86,89%	78,29%
Grau de Riqueza Recebida em Transferência	28,96%	19,38%	15,00%	19,64%	11,86%	27,18%	21,08%	39,20%	13,11%	21,71%
Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada	68,026	38,820	86,362	77,188	84,562	81,079	110,175	135,073	126,122	89,712
Grau de Contribuição dos Ativos na Riqueza Gerada	32,73%	14,05%	29,21%	27,39%	27,31%	29,99%	36,46%	41,20%	33,47%	30,20%
Grau de Contribuição do Patrimônio Líquido na Riqueza Gerada	85,89%	35,68%	69,59%	60,12%	63,40%	89,04%	116,01%	170,39%	138,11%	92,03%

4.2 PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES ECONÔMICOS

Durante o período analisado, os maiores destinatários da riqueza produzida pela empresa foram os empregados, que acumularam, na média, 49,69% de participação na distribuição da riqueza gerada na forma de salários, benefícios e FGTS. O capital de terceiros

foi a segunda principal destinação da riqueza, ficando com uma média de 35,88% de participação.

O governo ficou com 11,17% da riqueza produzida pela empresa, sendo um fato peculiar, pois na média de outras companhias, independentemente do ramo de atuação, o governo acaba ficando com a maior parte da riqueza produzida pela companhia, na forma de impostos, taxas e contribuições.

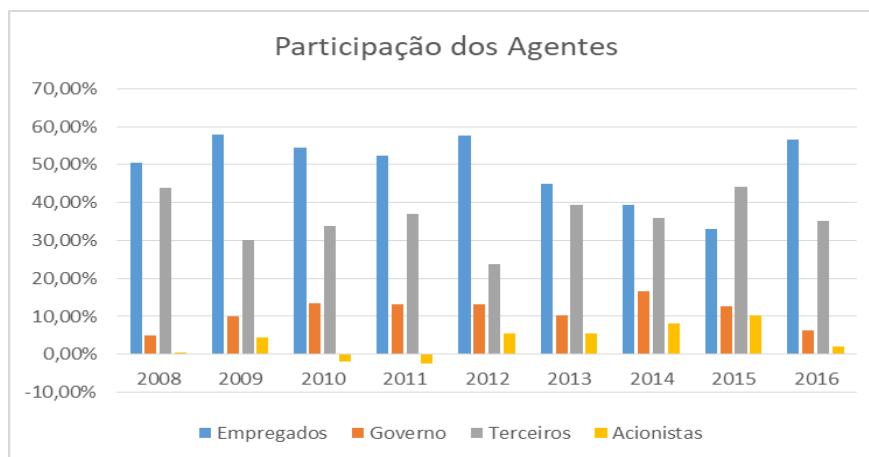
Recentemente, um dos dirigentes da companhia declarou em depoimento à Polícia Federal que diversos foram os incentivos fiscais obtidos através de propinas pagas a figuras estratégicas dentro da administração pública. Dados das demonstrações divulgadas pela empresa desde o ano de 2005 indicam redução na carga tributária na faixa de um bilhão de reais somente no Estado do Mato Grosso do Sul (FERREIRA, 2017). Esses últimos fatos podem explicar a média de participação do governo no valor adicionado da companhia, pois, através de esquemas que dependiam da corrupção de agentes públicos, a companhia deixou de contribuir em diversas esferas do governo, aumentando seu lucro líquido e permitindo também que esses recursos fossem utilizados em investimentos da companhia.

Em seu trabalho sobre as empresas que faziam parte da lista de Melhores e Maiores da revista Exame, Cunha, Ribeiro e Santos (2005) verificaram que o governo ficou com as maiores parcelas de destinação da riqueza entre os anos de 1999 e 2003. Vanzella, Oberger e Welter (2005), verificaram os índices da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico nos anos de 2000 a 2004 e também detectaram que coube ao governo a maior parcela de participação na riqueza gerada pela entidade. Esses achados prévios demonstram a diferença que ocorre no caso da empresa pesquisada.

A parcela de destinação de riqueza que se mostrou menor foi aquela que coube aos acionistas: 3,50% na média. Deve-se ainda destacar que houve períodos com prejuízo aos sócios, como nos anos de 2010 (-2,03) e 2011 (-2,49%). Já em 2015, em compensação, houve um percentual de 10,16% de participação dos sócios no valor adicionado distribuído. Essa disparidade pode estar relacionada com os momentos vividos pela companhia, entre o período de grandes investimentos e depois o retorno do capital que foi empregado nesse crescimento.

A Figura 1 ilustra a participação dos agentes na destinação da riqueza gerada pela empresa pesquisada entre 2008 e 2016.

Figura 1 – Participação dos Agentes

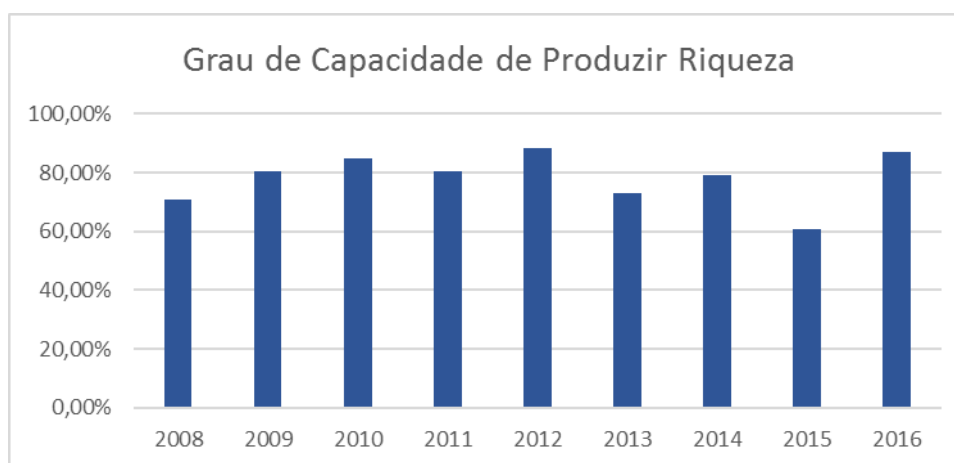


4.3 CAPACIDADE DE PRODUZIR RIQUEZA

A capacidade da companhia em produzir riqueza, índice que é calculado pela razão entre o valor adicionado líquido e o valor adicionado total a distribuir variou entre 60% e 90% durante o período analisado. Destaque para o ano de 2015 onde a empresa apresentou o menor número (60,80%) em comparação aos outros.

Especificamente, o cenário encontrado na empresa pesquisada, demonstra que a maior parte do valor agregado distribuído foi produzida pela própria companhia, considerando o fato de que o resultado de outras empresas acaba entrando no valor total por transferência, resultado de equivalência patrimonial e outras formas de ganho. A Figura 2 demonstra o índice ao longo do período analisado.

Figura 2 – Grau de Capacidade de Produzir Riqueza



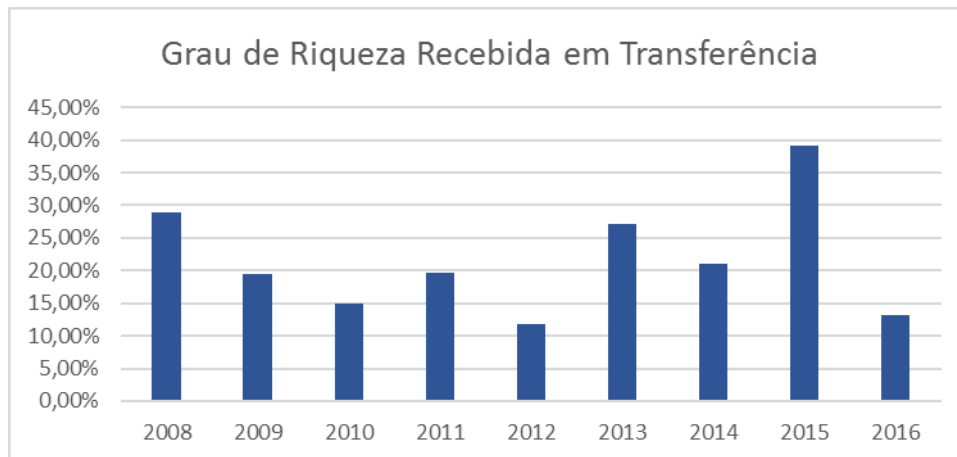
Comparando com índices calculados para outras entidades, temos o exemplo de Dalmácio (2004) que traz um índice de 93,53% para a empresa Petrobrás no ano de 2000, um número mais alto do que o da empresa pesquisada. Já na pesquisa realizada por Giusti (2012), as empresas do ramo industrial apresentaram uma média de 64,02% para o ano de 2011, similar ao que ocorre com a empresa pesquisada.

4.4 RIQUEZA RECEBIDA EM TRANSFERÊNCIA

A riqueza recebida em transferência é o reflexo dos resultados de investimentos da companhia em outras empresas, ou seja, corresponde à parcela do valor adicionado que não depende da operação direta do negócio. Segundo o CPC 09, esses valores podem advir de receitas financeiras, equivalência patrimonial, dividendos, aluguéis, entre outros (CPC, 2008).

Analisando os números ilustrados na Figura 3, percebe-se que não existe um padrão de comportamento, levando em conta a oscilação de ano a ano. Como demonstrado no índice anterior (Capacidade de Produzir Riqueza), durante o período analisado a companhia produziu por conta própria boa parte da riqueza distribuída. Contudo, percebe-se uma relevante participação na transferência de recursos por outras companhias, como é o caso do ano de 2015, em que essa porcentagem atingiu quase 40%. Esse fato pode ser explicado pela postura da companhia em relação aos negócios, em que, apesar de uma forte operação na produção e venda, existe um investimento significativo em outras companhias.

Figura 3 – Grau de Riqueza Recebida em Transferência



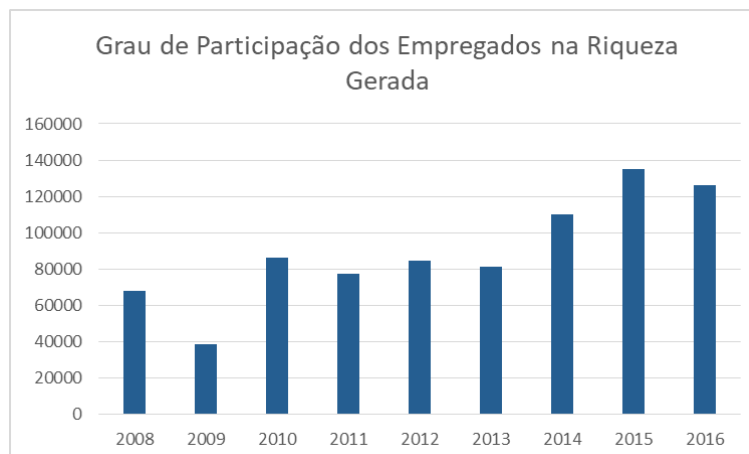
Se comparada a outras firmas, como aquelas pesquisadas por Vanzella, Oberger e Welter (2005), a riqueza recebida em transferência pela empresa pesquisada, é diferente. Na pesquisa citada o maior índice encontrado para o período delimitado foi 3,27%, número inferior ao verificado na empresa pesquisada. Na pesquisa feita por Dalmácio (2004), a companhia escolhida (Petrobrás) também registrou números inferiores a empresa pesquisada, com um percentual de 6,47% para o ano de 2000 e 10,61% para 1999.

4.5 GRAU DE PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NA RIQUEZA GERADA

Esse índice traz em termos quantitativos a representatividade de cada funcionário na riqueza produzida. É medido através da razão entre o valor adicionado líquido e a quantidade total de empregados da companhia, o que dá uma ideia de “valor per capita”.

No período analisado percebe-se uma evolução não regular nos números. Cabe mencionar que esse aumento não significa, necessariamente, distribuição de maior renda aos empregados, pois a equação somente demonstra o quanto a riqueza produzida representaria para cada funcionário, caso fosse distribuída somente entre eles de maneira igualitária. No ano de 2015 o quantitativo per capita ficou em 135.073,00 para cada funcionário, sendo o maior do período. Já no ano de 2009, 38.820,00 foi o valor por colaborador, sendo o menor registrado nesse recorte. A quantidade de empregados da companhia cresceu com o passar dos anos, o que, de certo ponto de vista, significa maior empregabilidade proporcionada pelas suas operações. Mas é importante destacar que são os números absolutos considerando todas as plantas em operação no mundo. A Figura 4 ilustra os índices calculados de 2008 a 2016.

Figura 4 – Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada

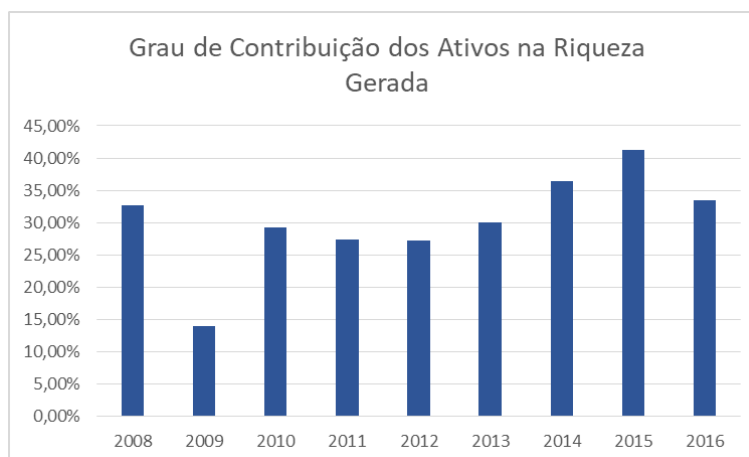


Como é um índice considerado pouco eficaz na medição do retorno social da companhia à sociedade, só foi possível localizar um registro de uso dessa informação em trabalhos científicos no Brasil. Vanzella, Oberger e Welter (2005) verificaram entre os anos de 2000 a 2004 a evolução do valor per capita por funcionários em uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico, onde o maior valor calculado foi em 2004 (R\$ 48.488,44).

4.6 GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS NA RIQUEZA GERADA

Esse índice relaciona o valor adicionado total a distribuir ao ativo total da companhia. Os números apresentam uma evolução gradual a partir do ano de 2011, e mais uma vez, o ano de 2015 é destaque na porcentagem que apresenta (41,25%). Já o ano de 2009 ficou com a menor porcentagem entre os observados (14,05%), conforme traz a Figura 5.

Figura 5 – Grau de Contribuição dos Ativos na Riqueza Gerada



Sendo uma medida de avaliar o potencial de geração de riqueza dos ativos, a evolução do índice denota uma otimização de uso dos ativos ao longo do tempo, independentemente do crescimento registrado no balanço patrimonial. Vale ressaltar que em 2008 a empresa fechou com um total de ativo de R\$ 16.096.349.000,00 enquanto que em 2016 o valor atingiu R\$

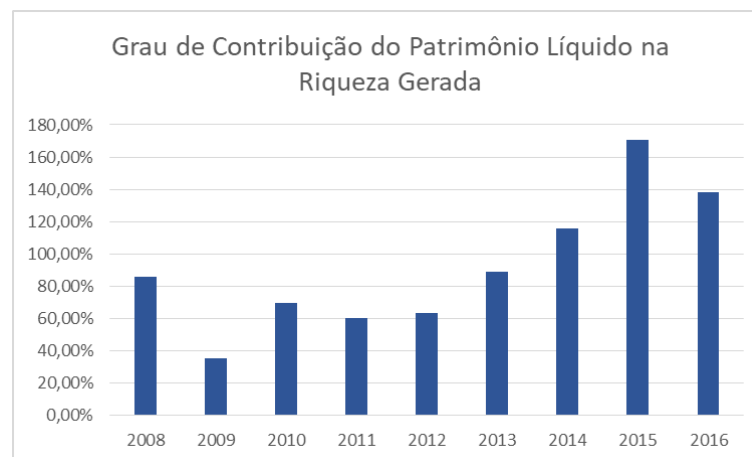
102.815.763.000,00, um aumento de 638% em nove anos. É mais um dado que comprova o crescimento vertiginoso da companhia em termos de operação.

4.7 GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NA RIQUEZA GERADA

Esse índice é medido a partir da divisão entre o valor adicionado total a distribuir e o patrimônio líquido da companhia. Conforme se pode observar na Figura 6, há uma evolução ao longo do tempo, pois a capacidade do capital próprio da empresa aumentou significativamente.

O número de 2015 é o mais elevado, representando que para cada 100,00 de capital próprio investido, a empresa conseguiu gerar 170,39 de riqueza. O ano de 2009 teve 35,68% de contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza, sendo o menor registrado no período analisado. Porém, é necessário pontuar que o valor adicionado total não contempla somente o valor adicionado gerado pela própria companhia, mas também contém os ganhos oriundos das atividades da empresa que envolveu aplicações financeiras e equivalência patrimonial. Dessa forma, entende-se que a operação de outras entidades contribuiu para o cálculo desse índice.

Figura 6 – Grau de Contribuição do Patrimônio Líquido na Riqueza Gerada



4.8 ÍNDICES E RETORNO SOCIAL

Os índices que foram expostos servem como fonte de informação para uma tentativa de análise do desempenho da companhia ao longo do período delimitado. Como já exposto, a companhia pesquisada apareceu em escândalos de corrupção que vieram a tona a partir dos depoimentos prestados por seus dirigentes às autoridades policiais. O esquema denunciado atingiu até a presidência da república, através de uma gravação em que conversam o presidente e um dos principais sócios da empresa sobre assuntos que envolvem o pagamento de propina e compra de silêncio de certas figuras da política.

Esse envolvimento direto com representantes do poder público fica mais evidente no número de incentivos fiscais recebidos pela companhia, que recentemente passaram a ser alvo de investigação por conta da forma como essas concessões foram dadas, acelerando prazos ou negligenciando características do processo que são exigidas para outras companhias em condições normais de execução (TURTELLI et al., 2017).

Fica evidente que essas relações de poder e influência significaram vantagens para a companhia e a fizeram conquistar patamares de desenvolvimento invejáveis ao meio empresarial. O índice que demonstra isso de maneira eficaz é a participação do governo do valor adicionado distribuído. A média de 11,17% nos nove anos pesquisados representa um feito entre as distribuições de valor de companhias privadas, pois as outras firmas geralmente têm uma porcentagem bem maior repassada aos cofres públicos. Todo esse recurso que foi “economizado” gerou investimentos que deveriam retornar em benefícios à sociedade. Mas pela característica da empresa pesquisada, muitos dos recursos foram destinados à compra de empresas em outros países, o que significou uma expansão dos negócios que não beneficiou necessariamente a sociedade brasileira, mas sim o grupo controlador da empresa.

A principal porta de entrada para a obtenção de vantagens no meio político foram as doações de valores para as campanhas eleitorais. Segundo dados do TSE, na campanha eleitoral de 2014, a empresa pesquisada foi a maior doadora entre as empresas, desembolsando 351,9 milhões de reais. Isso demonstra o investimento realizado pela companhia no intuito de ter seus interesses defendidos pelos representantes do governo. Essa forma de fazer a política tem sido debatida uma vez que essa “troca de favores” gera desigualdade econômica e vantagens indevidas a certos grupos.

Em seus relatórios anuais, a empresa pesquisada busca transmitir uma imagem socialmente responsável por meio de ações que valorizam o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Porém, a conduta ética dentro da companhia foi bastante prejudicada depois de toda a repercussão envolvendo esquemas de corrupção. Isso prejudicou a imagem do grupo não somente aqui no Brasil, mas também no mercado internacional. Em seus últimos demonstrativos publicados durante o primeiro semestre do ano de 2017, a companhia registrou forte abalo em seu resultado, repercutindo na venda de diversos ativos na tentativa de manter as contas em dia. É uma consequência que pode afetar diversos setores, pois, com a baixa na operação, muitos funcionários podem ser demitidos e a arrecadação tributária pode diminuir ainda mais.

5 CONCLUSÃO

A DVA tem servido como base de informações sociais para o entendimento da atuação de entidades empresariais no contexto econômico-social. Este estudo teve como objetivo analisar a destinação do valor adicionado no período entre 2008 e 2016 da JBS, empresa investigada na operação Lava Jato. O estudo dos seus índices, calculados a partir dos dados coletados de suas demonstrações (DVA e Balanço Patrimonial), oportunizou a consecução desse objetivo, ao descrever o retorno que essa companhia deu aos agentes econômicos com ela envolvidos.

O trabalho analisou os dados publicados no período de 2008 a 2016. O estudo permitiu verificar que os maiores beneficiados pela riqueza produzida pela companhia foram os empregados, ficando com uma média de 49,69% de participação. Provavelmente o maior benefício trazido seja a empregabilidade das suas plantas de operação, pois houve a transferência de riqueza para uma grande quantidade de pessoas pelos salários e benefícios. O capital de terceiros foi o segundo melhor beneficiado, ficando com uma média de 35,88%, demonstrando que a companhia também influenciou de maneira significativa o desenvolvimento de outras entidades.

Já o valor repassado ao governo ficou em terceiro lugar, por conta dos diversos incentivos fiscais que a companhia obteve através de forte influência política. Esse índice demonstra a opção do governo em abrir mão de uma quantia significativa de arrecadação com o intuito de promover o desenvolvimento da companhia. Porém, como foi demonstrado através das informações divulgadas por órgãos oficiais de fiscalização e portais de notícias, a

empresa tem sido alvo de diversos inquéritos por corrupção e fraude na obtenção dessas vantagens junto à administração pública.

O método de análise dos índices calculados a partir da DVA da empresa não se mostrou totalmente eficiente para medir a relação da companhia e de seus dirigentes com o meio político. Entretanto, pode-se constatar que o governo ficou com uma baixa participação do valor adicionado. Esse fato pode ser explicado pelos incentivos fiscais que a companhia obteve ao longo do tempo para desenvolver suas atividades. No entanto, a forma como foram concedidos é que fica em questão, pois seria interessante verificar determinados fatos presentes em outras demonstrações para identificar se os valores pagos a título de doação à campanha de candidatos a cargos políticos seriam utilizados como uma forma de “investimento” aos interesses da companhia.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para uma visão do comportamento das grandes companhias brasileiras que estão envolvidas em esquemas de corrupção, no sentido de perceber de que forma a riqueza dessas entidades foi constituída e seu retorno aos agentes econômicos. Pretende-se também impulsionar uma reflexão acadêmica envolvendo a conduta ética dos administradores juntamente com os representantes do governo. As relações existentes entre essas figuras podem levar a atos que prejudiquem a dinâmica do mercado por favorecimento indevido, como a fraudes em determinadas concessões que não seguem o procedimento normativo e causam prejuízo aos cofres públicos.

REFERÊNCIAS

ABADIA, R. J. **Análise da Distribuição do Valor Adicionado em Empresas de Capital Aberto e em Empresas de Capital Fechado**. Goiânia, 2014. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás.

ALMEIDA, R. L.; SILVA, A. H. C. Demonstração de Valor Adicionado (DVA): uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 1, p. 95-110, 2014.

AMBROGI, A. A. **A responsabilidade social das sociedades cooperativas brasileiras: uma proposta de uso da demonstração do valor adicionado – DVA**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado.

BISPO, J. S. **Criação e Distribuição de Riqueza pela Zona Franca de Manaus**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. **Lei n. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Brasília, 2007.

CAMELO, E.P.S.M., BERNABÉ, K.R.; SILVA, S.F.; RIBEIRO, R.R. Análise das demonstrações contábeis em empresas da área comercial de embalagens. **FCV Empresarial**, v. 1, p. 167-193, 2007.

CHEREGATTO, J. R. G. **A DVA como instrumento de valor na Responsabilidade Social Empresarial**. Cacoal, 2009. Artigo (Graduação) – Universidade Federal de Rondônia.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado**. Brasília, 2008.

CUNHA, J. V. A. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado - DVA** - Um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, v.16, n. 37, p. 7-23, jan./abr. 2005.

DALMÁCIO, F. Z. Indicadores para análise da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 149, p. 88-97, set./out. 2004.

DIEGUEZ, C. O estouro da boiada. **UOL, Vultos dos negócios**, ed. 101, fev. 2015, Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-estouro-da-boiada/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

FERREIRA, M. Bolada que JBS terá de devolver pode chegar a 1 bi. **Campo Grande News**, 21 ago. 2017. Disponível em: <www.campograndenews.com.br/jogoaberto/bolada-que-jbs-tera-de-devolver-pode-chegar-a-1-bi>. Acesso em 13 mar. 2019.

FILGUEIRAS, M. L.; TOLEDO, L.; NAPOLITANO, G. Prisões de Joesley e Wesley Batista mergulham a JBS na incerteza. **Revista Exame**, 21 set. 2017.

FREGONESI, M. S. F. A. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

G1. **JBS reverte prejuízo e tem lucro de 694 milhões no 4º trimestre**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/jbs-tem-lucro-de-r-694-milhoes-no-4-trimestre.ghtml>>. Acesso em: 23 out. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUSTI, C. **Análise de indicadores da demonstração do valor adicionado para empresas integrantes do índices de sustentabilidade – ISE – BMF&BOVESPA**. Porto Alegre, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; SANTOS, A.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 3. ed.. São Paulo: Atlas, 2018.

LIMA, H. C. P. **A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como instrumento de avaliação da geração e distribuição de riqueza das indústrias de produtos alimentícios da região norte do Brasil**. Manaus, 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas.

MILANI, C. R. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.

Polícia Federal. **Operação Lava Jato**. 2017. Disponível no site da Polícia Federal: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>>. Acesso em 20 abr. 2017.

PINTO, L. J. S.; FREIRE, F. S.. Análise do valor adicionado e de sua distribuição: um estudo nos bancos listados na BOVESPA com uso da ANOVA. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, n. 1, p. 65-75, jan./abr. 2013.

SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, M. I. C; SILVA, M. S.. Utilização da demonstração do valor adicionado – DVA – como ferramenta da medição da riqueza no setor de telefonia no Brasil. **Pensar Contábil**, v. 11, n.46, p. 39- 45, out./dez. 2009.

SIQUEIRA, J. R. M.. DVA: Vantagens e limitações de seu uso como instrumento de avaliação da estratégia social corporativa. In: Congresso Internacional de Custos, IX, 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Instituto Internacional de Custos, 2005.

TURTELLI, C.; LAGUNA, E.; SATO, K. Estados fazem pente-fino em benefícios fiscais concedidos à JBS. **O Estado de São Paulo**, 31 mai. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estados-apuram-beneficios-fiscais-concedidos-a-jbs,70001819819>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

VANZELLA, C. R.; OBERGER, R.; WELTER, E. A demonstração do valor adicionado – DVA: um estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, v.6, n.2, jul./dez. 2005.

VIEIRA, P. S. **Verdade e mitos na interpretação da demonstração do valor adicionado**. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.